

Luta daninha por influência

O ministro da Fazenda talvez tenha cometido erro de avaliação ao anunciar parte de seu plano de estabilização, prometendo divulgar outras até domingo, e agora ser compelido a transferir essa divulgação para a próxima semana. Sintoma mais evidente de que se está ou diante de erro de avaliação ou de resistências não consideradas dentro do próprio governo é o fato de, segundo informações divulgadas no início da tarde de ontem por assessores do Ministério, o ministro haver reiterado o pedido de que ninguém, a não ser ele, fale sobre o plano, que se conhece, mas não se sabe de fato qual é. Outro sintoma, militando no sentido de que há uma disputa dentro do governo em torno de pontos essenciais do projeto, são as declarações do ministro do Trabalho, Walter Barelly, pronunciando-se pela correção do salário mínimo pelo pico e não pela média como quer o ministro Fernando Henrique Cardoso.

Esses fatos seriam suficientes para demonstrar que alguma coisa não está andando nos elixos. Pior que isso, no entanto, é que o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, se dispõe a negociar partes do plano, enquanto de fontes do Planalto se anuncia que a reforma administrativa (que o plano contemplaria) será mais profunda do que se soube até agora. Tudo resumido, que se tem?

Em primeiro lugar, que o presidente da República ainda não aprovou o plano em seus

pormenores; foi informado do plano nos seus pormenores; depois, que o ministro anuncia medidas que necessitam, para tornar-se efetivas, da aprovação de emenda constitucional, que até agora não foi enviada ao Congresso, da mesma maneira que as emendas do projeto de Orçamento continuavam até ontem indo do Planejamento para a Fazenda, dessa para aquele, enquanto o presidente aguardava para ser informado, sabendo pela imprensa do que estaria sendo decidido.

A rigor, estamos diante de fatos graves para os quais é preciso chamar atenção da opinião pública. Não bastasse a crise política que se vislumbra com o andamento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento (à qual se somarão, com certeza, outros elementos se a CPI da Pistolagem conseguir ouvir o sr. José Carlos Alves dos Santos para identificar, como supõe o relator dos trabalhos, outros mandantes do crime), há uma clara luta por influência dentro do governo Itamar Franco. Luta tanto mais grave quanto o que se disputa é influência na elaboração do plano de estabilização. Se não, vejamos: o presidente edita medida provisória (a 375) que se sabe ter muito a ver com o plano, mas o senador Fernando Henrique dela soube depois

de sua edição; o ministro da Fazenda anuncia plano de estabilização que depende do apoio do Congresso e tem a resistência velada do líder do governo; por sua vez, o ministro do Trabalho expõe posição que contradiz toda a lógica do plano, ressaltando que suas idéias deverão ser consideradas numa etapa posterior da estabilização econômica... Agindo em faixa própria, o ministro da Administração Federal anuncia providências que colocam o Legislativo e o Judiciário contra o Executivo. Em outras palavras, não há entendimento no Executivo e entre a Fazenda e o Congresso.

Enquanto esse descompasso é visível, o presidente cuida de fazer uma reforma ministerial sem preocupação de ter apoio parlamentar como se o Executivo se considerasse em posição de não necessitar do Congresso, colocado em má situação em decorrência dos escândalos que espoucam cada dia. Na verdade, sem apoio político no Congresso — que parece estar sendo sabotado por setores do governo — o plano do ministro Fernando Henrique Cardoso não prosperará. O senador Fernando Henrique Cardoso sabe disso; o curioso é que aja como se tudo fossem flores em seu caminho e como se não soubesse que sobre o plano

deverão falar ao presidente outros que não ele, os membros do conselho íntimo ao qual parece ter-se juntado o ministro Barelly.

O ministro Fernando Henrique Cardoso deve cuidar-se se de fato pretende ver aprovado o plano que reputa necessário. Cuidar-se porque as oposições que irá encontrar não residem apenas em seu temperamento, em sua especial maneira de ver as coisas políticas, mas também nos prazos regimentais no Congresso

O ministro da Fazenda deve cuidar-se da ação dos que influenciam o presidente

(que podem ser rígidos ou flexíveis, dependendo da relação de forças políticas), nos obstáculos constitucionais em termos de vigência de novos impostos e, sobretudo, na maneira especial de o presidente Itamar Franco se assessorar para as grandes decisões econômicas. O ministro deve atentar para o fato de que, após ter escrito ao presidente que “no momento” não pensava em candidatar-se, o Planalto fez divulgar a opinião do sr. Itamar Franco, considerando que o ministro havia dito que não era candidato. A luta de bastidores, em Brasília, é digna de uma cidade do interior — enquanto nos corredores do Congresso e nos centros de decisão a crise, que é de dimensões nacionais, só faz aumentar.